

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A LDO

REQUERIMENTO Nº 21/2014

Autoria: Comissão de Finanças Públicas

DIA: 28 de julho de 2014
HORAS: 19 horas
LOCAL: Plenário Vereador Magno Claret
Câmara Municipal de Pedro Leopoldo

OBJETIVO – Analisar e discutir o Projeto de Lei 22/2014, que dispõe sobre as diretrizes à elaboração do orçamento do Município de Pedro Leopoldo-MG para o exercício de 2014.

VEREADORES PRESENTES: Pastor José Maria Soares Santos – **Presidente**; Aziz José Ferreira – **Vice-Presidente**; Sálvio Pires de Souza e Vicente Pereira da Cruz – **Secretários**; Euclides Teixeira Neto; Geraldo da Cruz Alves Andrade – Louro; Mayron César Tavares Torres; Leonardo Pereira Ribeiro; Geraldo Mendes Filho; Salim Salema Pimenta.

COMPUSERAM A MESA: Ana Paula Santos Pereira – **Chefe de Gabinete** e Silvano de Oliveira Minas – **Controlador Geral**.

PRESENCAS REGISTRADAS:

Ângela Paulo – **Assessora Municipal de Comunicação**; Flávia Cadete da Silva – **Secretária Municipal de Educação**; Patrícia Rafael Perdigão – **Secretária Adjunta de Cultura e Esporte**; Ana Carolina Maria Soraggi – **Secretaria Municipal de Planejamento Urbano**; Marina Mesquita Teixeira Costa – **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social**; Válter Labanca – **Secretário Municipal de Fazenda e de Administração**; Maria Heloísa Rodrigues Vieira – **Secretária Municipal de Saúde**; Elizabeth de Almeida – **Secretária Municipal de Meio Ambiente**; Suzana Rocha Savoi Diniz – **Procuradora Geral**, ex-Vereador Vanderlei Dias Gonçalves.

DESENVOLVIMENTO

O **Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo**, Pastor José Maria Soares Santos, deu início aos trabalhos e passou a palavra ao **Controlador Geral** Silvano de Oliveira Minas, que procedeu a uma breve explicação sobre o que é a LDO.

O **Vereador Aziz José Ferreira**, presidente da Comissão de Finanças Públicas, o **Vereador Geraldo da Cruz Alves Andrade (Louro)** e o **Vereador Leonardo Pereira Ribeiro** falaram sobre a importância de se realizar a presente audiência.

O **Vereador Euclides Teixeira Neto** disse que a LDO também será discutida internamente entre os vereadores, quando haverá o prazo para emendas.

O **Vereador Vicente Pereira da Cruz** parabenizou o público que compareceu ao plenário a fim de participar da audiência.

O Vereador Salim Salema Pimenta pediu que os munícipes apresentassem suas reivindicações.

PERGUNTAS

O Senhor Presidente passou a palavra ao público, a fim de que fizessem suas perguntas conforme o contexto de cada Secretaria Municipal.

PLANEJAMENTO E SEGURANÇA

O cidadão Matheus Utsch disse ser necessária maior participação dos secretários municipais na Câmara Municipal a cada dois meses, por exemplo, para fazerem um diagnóstico sobre suas pastas.

Válter Labanca responde que os secretários estão dispostos a comparecerem quando forem convocados.

O cidadão Pedro (Perré) reclamou do pouco investimento na Guarda Municipal e afirmou que a mesma não recebe treinamento adequado. Comentou que não há câmeras de vigia na cidade, nem no prédio da Prefeitura. Quanto às câmeras da rodoviária, não há servidor para monitorar o que está ocorrendo. E concluiu dizendo que falta segurança.

Válter Labanca informou que essas reivindicações estão previstas como metas e prioridades da Sra. Prefeita. Explicou que a Guarda é Patrimonial e não Municipal e o Executivo já fez o que pôde em favor da classe. Argumento que há investimentos em favor das polícias e as câmeras são uma prioridade.

O Vereador Salim disse que está no seu gabinete um pedido para passar de Guarda Patrimonial para Municipal, para que possam usar colete à prova de balas e equipamentos de proteção.

Válter Labanca lembrou que o concurso público foi realizado para o cargo de Guarda Patrimonial, mas se houver possibilidade jurídica, o Executivo poderá atender a esse pedido.

Suzana Savoi disse que trocar a nomenclatura não faz diferença, pois a função da Patrimonial é a mesma e não foi criada para fazer segurança. A Guarda Patrimonial não é polícia judiciária e não pode abordar pessoas, mas sim as Polícias Civil e Militar. Sua incumbência é guardar o patrimônio público, apesar de estar com as funções ampliadas, atualmente, porque a polícia judiciária não é completa. Que o Município está esperando a sanção de uma lei pela Presidente Dilma, a fim de proceder às alterações nas atribuições do cargo. Quanto aos coletes e armas não letais, o pedido já está no setor de compras.

O Vereador Aziz comentou que se o Estado estivesse dando a segurança necessária e Pedro Leopoldo tivesse a quantidade ideal de policiais, a Polícia Militar e a Guarda Patrimonial poderiam atuar juntas.

O Vereador Geraldo Louro indagou se o acúmulo de funções pelo Válter Labanca como Secretário de Administração e de Fazenda não está prejudicando seus trabalhos e foi respondido que não.

Marcelo Cristino, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, perguntou sobre o que a Administração tem para apresentar aos servidores e se em 2015 haverá o mesmo problema da folha estourada.

Válter Labanda falou que o Executivo está fazendo um estudo para verificar a possibilidade de melhorias aos servidores.

Ana Paula Santos lembrou que a LDO prevê valorização e qualificação dos servidores, como revisão do plano de cargos e salários e do estatuto, dentre outros. Quanto à folha estourada, estão trabalhando para aumentar a receita e sanar esse problema.

O cidadão Geraldo Evaristo reclamou que no P.A. Central há um ponto eletrônico, mas os servidores não o estão usando e perguntou como é feita avaliação de desempenho.

Ana Paula disse que o controle do ponto dependia de um software, que foi comprado no presente mês e começará a ser implantado em todas as unidades da Administração.

Geraldo Evaristo sugeriu que os servidores fossem identificados por crachás.

Válter Labanca respondeu que para tanto só estão dependendo das fotografias. Por isso, os crachás devem demorar no máximo três semanas.

O Vereador Aziz disse que na LDO votada em 2013, foi discutida a forma de se pagar o ticket alimentação para quem ganha até R\$1.300,00. Vários funcionários ficaram sem receber, porque ultrapassam esse teto. Então entrou com um pedido de mudança da lei para pagar a quem ganha até três salários mínimos e perguntou se é possível essa alteração.

Válter Labanca argumentou que a Lei atingiu a classe que mais necessita. Mas está sendo feito o impacto sobre essa possibilidade.

PLANEJAMENTO URBANO

Geraldo Evaristo perguntou qual o déficit em relação à funcionários para a realização de serviços de rua, como a fiscalização.

Ana Carolina afirmou que Pedro Leopoldo precisa de campanhas educativas. O que a Secretaria tem feito é a implementação do Código de Posturas. Problemas de rua são de mal uso, como deposição de entulhos, lixo fora de hora. Há seis fiscais, mas alguns estão deslocados, com licença maternidade, por exemplo. Estão estruturando uma parceira com a Vigilância Sanitária. Quanto a utilização dos espaços públicos, é necessária conscientização da população.

Geraldo Evaristo comentou que a população às vezes precisa de um serviço e há demora no cumprimento, como aprovação de projetos.

Ana Carolina disse que cada demanda possui um tempo de resposta. Os fiscais trabalham com análise de documentos e fiscalização nas ruas, e para vistorias mais distantes, dependem da disponibilização do carro para atender. Nem sempre é possível atender as demandas imediatamente.

Geraldo Evaristo observou que está havendo um sombreamento de residências por causa de prédios.

Ana Carolina disse que os técnicos seguem as leis que regulamentam os parâmetros construtivos, quais sejam, o Plano Diretor e o Código de Obras.

O Vereador Geraldo Louro indagou se há um projeto ou estudo para atrair mais empresas para o município.

Ana Carolina respondeu que é uma das metas e que se pretende expandir as áreas industriais.

Pedro sugeriu que se voltasse com o disque entulho, para a Prefeitura providenciar os recolhimentos. Então, reclamou que há caçambas sem sinalização, o que é perigoso. E perguntou o que está sendo pensado quanto à preparação de mão-de-obra para atender ao vetor norte.

Ana Carolina disse que o plano diretor está passando por revisão e vai incorporar diversas discussões. Na LDO se prevê qualificação de mão de obra, além de poderem ser criadas parcerias para essa qualificação.

Rubens de Azevedo respondeu que quanto ao entulho, o CONAMA diz que o gerador é responsável pela destinação do resíduo. Prefeitura não pode assumir o recolhimento, pois o volume é grande. Que a questão é de educação e consciência ambiental. Mas a Prefeitura tem recolhido em áreas mais carentes.

O Vereador Vicente informou que há projeto de sua autoria sobre a sinalização das caçambas.

Matheus Utsch parabenizou pelo trabalho com os ambulantes. Mas o local onde estão alocados causa poluição visual, além de ficarem expostos ao sol e em situação desconfortável. Questionou sobre a área doada à empresa Franco Matos, a qual está fechada. E sugeriu o uso do espaço como distrito industrial.

Suzana Savoi informou que o Executivo está juntando documentos sobre a Franco Matos e que foi instaurado um processo administrativo. Lembrou que o projeto aprovado pela Câmara na gestão passada, autorizou a referida empresa a dar o terreno em garantia ao Banco, para conseguir um financiamento. Que essa situação será resolvida em processo judicial e é algo demorado.

Ana Carolina explicou que há um projeto de transferência dos ambulantes para um local mais próximo a rodoviária e o cadastro deles está em andamento. Que estão regulamentando a atividade.

A cidadã Maura perguntou como foi realizada a fiscalização para retirar os ambulantes. Que pessoas continuam vendendo seus produtos na rua principal.

Ana Carolina disse que a exigência para os cadastrados é de que devam residir na cidade. Que tem ocorrido fiscalização para solicitar que esses vendedores não cadastrados se retirem das ruas, mas os mesmos acabam voltando.

Ana Paula informou que as barracas serão padronizadas e organizadas.

O radialista Pacheco de Souza disse que a Câmara discutiu muito sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas se esqueceu da verticalização. Que em Lagoa de Santo Antônio há vários prédios e houve problemas no trânsito de veículos, pois as ruas não foram alargadas. E perguntou o que o município exige de contrapartida dos construtores e empreendedores. E o que será feito pela reciclagem de lixo? Sugeriu que ao invés de instalação de quebra-molas, fossem colocados radares.

Ana Carolina explicou que o Programa Minha Casa é confuso e tem várias modalidades. Na modalidade em que a construtora faz as casas por conta própria, o papel que a Prefeitura exerce é de análise de projeto. O que se exige é o cumprimento do Plano Diretor e do Código de Obras, os quais não exigem contrapartida. E o impacto no município é grande e a imposição de contrapartida deve ser pensada. Argumento que o problema não é a verticalização, mas o aumento de pessoas na região.

Rubens de Azevedo disse ser necessário implantar uma usina de triagem e reciclagem de entulhos. Quanto ao trânsito, a Prefeitura está fazendo um estudo sobre a mobilidade para apresentar o diagnóstico, além de ser necessária uma campanha de educação no trânsito.

O Vereador Salim pediu empenho para acomodar o mais rápido os ambulantes na rodoviária.

Ana Carolina acredita que o secretário anterior não deu andamento ao projeto dos ambulantes porque saiu da Secretaria. Mas essa mudança é prioridade. Que está sendo feito estudo para regulamentação do Plano Diretor, o que irá suprir demandas.

EDUCAÇÃO

Geraldo Evaristo perguntou por quê em Pedro Leopoldo não é implantado o Projeto Mais Educação, já que não é usada verba municipal.

Flávia Cadete respondeu que está sendo feito um estudo com o objetivo de manter o projeto na zona rural e manter uma escola integral.

O cidadão Otávio Camargo perguntou se será distribuído o kit escolar. E expôs a situação dos Professores que gastam do próprio bolso com xerox para os alunos.

Flávia Cadete respondeu que o kit está em processo para licitar. E argumentou que nenhuma escola consegue manter xerox para alunos. Que o Executivo possui um controle de cotas e que o número de cotas foi ampliado. E afirmou que os alunos estão perdendo a capacidade de escrever, pois o xerox virou um recurso totalmente pedagógico.

Pedro reclamou do déficit de creches.

Flávia Cadete disse que não há creche para todos, mas Pedro Leopoldo é um dos lugares mais avançados nesse assunto. Que no município há doze creches totalmente mantidas pela Prefeitura, a qual comprou um imóvel, recentemente, para isso.

CULTURA, ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E TURISMO

O cidadão Hamilton, representante do Grupo de Escoteiros, disse que tentaram fechar parcerias com outras gestões. E perguntou se há possibilidade de incluir-se o movimento, para participação maior na sociedade. Perguntou, ainda, quais os projetos para valorizar a cultura

Patrícia Rafael afirmou que há possibilidade de ter o grupo como parceiro. Para fomentar o turismo, há um calendário de festas, que será divulgado em toda a região. Mas ainda não há espaço adequado para receber o visitante, além de folder explicativo. Que estão trabalhando na implantação do Conselho de Turismo e o Conselho da Juventude já está ativo.

Pedro sugeriu um trabalho com as associações, para desenvolver projetos locais com os jovens.

Patrícia Rafael disse que alguns trabalhos já estão sendo desenvolvidos, mas boa parte das associações não tem a documentação totalmente regular. Já foram contratados mais dois professores e dois estagiários para começarem escolinhas para a prática de esportes no Ceppel, que será reformado, inclusive a parte externa.

Ana Paula acrescentou que um servidor vai procurar as associações para auxiliá-las, inclusive as guardas e folias de reis. Mas a maioria das associações sequer tem um presidente.

Matheus Utsch, representante da Associação do Bairro São José, disse não ver uma associação que funcione sob plenitude. Que seria interessante a Prefeitura criar um órgão para ajudar na mobilização e divulgação dos dias das reuniões, pois os presidentes dessas entidades não têm recursos financeiros.

Flávia Cadete argumentou que a falta de lideranças para as associações é mais preocupante do que a falta de recursos financeiros.

Otávio Camargo lembrou que a canoa histórica tinha uma estufa que a mantinha protegida e úmida. Como fora enviada para o Parque do Sumidouro, não está sendo conservada da melhor maneira.

Patrícia Rafael informou que foi feito termo de cessão para o parque, em outra gestão e é necessária providência.

SAÚDE

Geraldo Evaristo perguntou se, após criado o cargo de Diretor de Saúde, o mesmo terá autonomia para discutir procedimentos médicos.

Maria Heloísa respondeu que não, pois essa é uma competência do Diretor Clínico, que é médico.

Geraldo Evaristo reclamou não haver servidor para informar sobre a documentação do paciente, como por exemplo, informações do prontuário.

Maria Heloísa disse que as informações são obtidas com o Diretor Clínico.

Pedro indagou quais os investimentos previstos.

Maria Heloísa disse que a atenção está voltada à Estratégia de Saúde da Família, com a previsão de reforma física das unidades.

Matheus Utsch perguntou sobre o hospital municipal.

Maria Heloísa disse que a proposta é retomar a construção do hospital, priorizando o bloco cirúrgico, a central de esterilização, e o laboratório municipal para funcionar vinte e quatro horas.

O Vereador Geraldo Louro reclamou que a Dermatologia tem vagas apenas para depois de outubro, assim como a Oftalmologia. Há PSF's com déficits de funcionários. E perguntou sobre as cirurgias de cataratas e sobre o Instituto Médico Legal.

Maria Heloísa disse que essa não é meta para 2015, mas para agora. Que será publicado o edital para processo seletivo para médico de PSF e técnicos de enfermagem dentro do hospital. O próximo será para agentes comunitários e de endemias, mas devido ao piso salarial, o impacto financeiro será alto. Que as consultas especializadas demoram mesmo para consultas particulares. Alguns casos podem ser resolvidos na própria unidade básica de saúde. A Oftalmologia realiza 300 consultas por mês. Que a demanda para procedimentos de cataratas do ano de 2013 foi resolvida. O IML não é atribuição da Saúde, mas da Polícia Civil.

Ana Paula informou que a Prefeitura fez um compromisso de montar a estrutura para o IML, mas não houve nomeação de médico legista pelo Estado.

Pedro perguntou sobre o atendimento especializado às crianças.

Maria Heloísa explicou que não há leito de internação para crianças, mas essas ficam pouco tempo no hospital municipal. Os casos mais graves devem ser transferidos para Belo Horizonte. O enxoval foi renovado, tanto para os berços, quanto para o hospital.

Marcelo Cristino perguntou se haverá solução para problemas emergenciais com a ambulância, por exemplo. Que Vera Cruz de Minas e Quinta Sumidouro precisam de ambulância 24 horas.

Maria Heloísa explicou a todos que já fora licitada uma ambulância de suporte avançado e que houve treinamento para os condutores de veículos de emergência. Quanto à ambulância 24 horas, o suporte médico às vezes é mais importante do que a própria ambulância e essa providência depende da contratação de motorista e toda a equipe. Mas a Prefeitura tem discutido a implantação de unidade uma do SAMU.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Maura questionou qual a proposta para os moradores de rua que não são da cidade e mesmo para aqueles que são.

Marina Mesquita expressou que devido às abordagens constantes do CREAS, foi gerado um diagnóstico e verificado que há pessoas em situação de rua. Que a assistência Social aborda sistematicamente esses habitantes, procura familiares, insere em programas, mas não há como forçá-los a sair da rua, apesar de haver convênio com um abrigo. Que a maioria deles é de Pedro Leopoldo. Quanto aos que pedem esmolas, foi feita abordagem de conscientização. Mas se a pessoa não está cometendo ilícito, tem seus direitos garantidos.

Marcelo Cristino indagou se há plantão 24 horas na Ação Social, pois o P.A. recebe essa demanda.

Marina Mesquita explicitou que há parceria com a Assistente Social Aline. No entanto, não há um técnico específico para essa demanda por 24 horas. Mas os servidores da Secretaria estão à disposição para auxiliar.

Geraldo Evaristo recordou que a Prefeita vetou o projeto dos Jogos da Melhor Idade, de autoria do Vereador Salim, sob a justificativa de que gera custos. E perguntou se existe o fundo do idoso.

Marina Mesquita certificou que existe o fundo, mas não há verba. Hoje o Conselho está legalmente constituído e foi solicitado que volte com as reuniões ordinárias para colocar em prática as políticas voltadas para a melhor idade.

Hamilton colocou os Grupo de Escoteiros aberto a parceria com infância e juventude.

Marina Mesquita noticiou que em outubro haverá um edital de chamamento público para as entidades participarem.

MEIO AMBIENTE

Matheus Utsch interrogou sobre quais os recursos disponíveis para a coleta seletiva de lixo, pois o município coleta recicla apenas 2%.

Elizabeth de Almeida relatou que ocorrerá uma revitalização da coleta. Quanto aos caminhões utilizados pela Associação de Catadores, dois são disponibilizados para a coleta. Além disso, há um projeto da Ascapel com a Rede Comunitária em Ação - RECOA.

Hamilton perguntou se será efetivada a recuperação da mata ciliar.

Elizabeth eluciu que a recuperação passa pelo tratamento de esgoto, primeiramente. Então, haverá análise dos resíduos no Ribeirão da Mata e um estudo sobre onde será depositado o resíduo.

O Vereador Geraldo Louro protestou contra a poluição sonora e indagou se serão adquiridos decibelímetros.

Elizabeth disse que a Prefeitura regulamentou os carros de publicidade. Os carros de som particular são de responsabilidade da Polícia Militar. E assegurou que foi comprado mais um decibelímetro, num total de dois, o qual será passado à PM.

Pacheco de Souza falou sobre a necessidade de haver fiscalização quanto à poluição visual.

Elizabeth explicou que serão implementadas muitas sanções com relação à danos ambientais. Quanto à poluição visual, não há fiscal de meio ambiente. Mas a fiscal de posturas faz as notificações.

Ana Carolina informou que a farmácia que espalhou cartazes pela cidade já foi notificada.

O Vereador Salim comentou que outros governos permitiram construções às margens do ribeirão e que a gestão atual também está permitindo.

Elizabeth expôs que deve-se deixar uma distância de 30 metros para Área de Preservação Permanente – APP. E não sabe onde está havendo essa construção e se a mesma tem projeto aprovado pelo Meio Ambiente.

Pedro disse que a poluição sonora produzido por veículos particulares nem precisaria de decibelímetro. E perguntou se haverá investimentos no meio ambiente.

Elizabeth disse que as propostas para essa área estão todas na LDO.

OBRAS, TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA

Geraldo Evaristo queixou-se de terem realizado uma obra na rua principal do Distrito de Dr. Lund e terem acabado com as calçadas. Além de não ter conseguido informações sobre o projeto na Prefeitura. Disse que reformaram quadra poliesportiva, mas ainda há problemas. Finalizando, reclamou da falta de placas proibindo o estacionamento de veículos em alguns lugares.

Rubens argumentou que as ruas sem calçadas são um problema crônico na cidade. No plano de mobilidade urbana será privilegiado o pedestre, depois o ciclista. Que vai verificar os problemas na quadra, onde foi reaproveitado material. E novas placas de sinalização serão licitadas.

Maura disse que a Rua Santa Luzia está cheia de buracos. Que a quadra do Conjunto Romero de Carvalho continua sem o telhado, que caiu com a força da chuva. E o ESF do Romero de Carvalho precisa de reformas.

Rubens explicou que pavimentação ocorrerá após o término da ligação da rede pela Copasa. Todas as quadras poliesportivas serão revitalizadas, principalmente aquelas que devem ser cobertas. E as reformas das instalações de saúde serão providenciadas.

O Vereador Geraldo Louro lembrou que na gestão passada parou a obra na quadra do Romero de Carvalho por cinco vezes. Na época trocaram a empreiteira. Depois, a tempestade acabou destelhando a quadra. Em 2012, a empresa que ganhou a licitação contestou a obra realizada pela empresa

anterior, por isso não houve a reforma. Nessa semana entregou para a Prefeita a informação de que a quadra foi contemplada através, de emenda, para ser construída a cobertura.

Matheus falou ser necessário privilegiar o ciclismo.

O Presidente Pastor José Maria Soares Santos perguntou sobre o Mirante.

Ana Carolina explicou que a regularização do Mirante é de responsabilidade da proprietária, pois se trata de um parcelamento ilegal do solo. A regularização passa pela Agência Metropolitana e é acompanhada pelo Ministério Público. Enquanto o MP não se pronunciar, o município deve aguardar. Ainda há multa a ser paga e um TAC ser assinado. Recentemente, o Mirante foi contemplado em um Decreto municipal, a fim de viabilizar a documentação mínima que a Prefeitura pode expedir.

O cidadão Caetano Vasconcelos reclamou do ponto de ônibus que caiu e não foi repostado. E disse que o Eli Leles consegue um abrigo sem custo. Ressaltou que os tocos de árvores nas calçadas são perigosos e falta realizar o serviço de capina nas vias públicas.

Rubens informou que tentaram viabilizar o abrigo de ônibus na SETOP, mas devido ao período eleitoral, não conseguiu convênio.

Hamilton sugeriu a ampliação da Rua São Paulo.

Rubens disse que a ampliação da mobilidade e possível duplicação estão previstas na LDO. Que estão fazendo levantamentos sobre casos específicos onde haverá desapropriações de terrenos.

O Vereador Salim sugeriu que na próxima audiência o debate seja mais participativo e menos cansativo.

Às vinte e três horas e quinze minutos, o Senhor Presidente encerrou a sessão.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2014.

Pastor José Maria Soares Santos
Presidente da Câmara Municipal

Sálvio Pires de Souza
Secretário

**Este relatório contém 10 (dez) páginas, numeradas de 01 a 10,
redigido por Viviane Schaberle Toledo**